

Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado

João Policarpo R. Lima

- Professor Associado do Departamento de Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
- Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Abraham Benzaquem Sicsú

- Pesquisador Titular da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).
- Professor Adjunto 4 de Engenharia de Produção na UFPE.
- Membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Maria Fernanda F. G. Padilha

- Professora Assistente da UFPE – Núcleo do Agreste e Doutoranda do PIMES, da UFPE.

Resumo

O trabalho apresenta os contornos gerais do desempenho recente da economia de Pernambuco, um Estado marcado pelas dificuldades postas pelo ambiente mais competitivo da globalização em décadas recentes. Depois de experimentar um período relativamente longo de atraso relativo, a economia de Pernambuco vem mostrando mais recentemente alguns indícios de recuperação do crescimento, apresentando uma performance relativa um pouco superior à média dos demais Estados nordestinos. Pretende-se neste trabalho chamar a atenção para as mudanças em curso e provocar reflexões sobre a possível continuidade desse melhor desempenho da economia pernambucana, tendo em conta, inicialmente, uma análise das políticas de desenvolvimento adotadas pelo governo estadual. Além disso, pretende-se discutir as perspectivas de encadeamento de investimentos importantes em fase de implantação e/ou anunciados para a economia estadual, tais como uma refinaria de petróleo, um estaleiro de grande porte, um pólo de poliéster, uma unidade de produção de hemoderivados e outros ainda em negociação. Adicionalmente, chama-se a atenção para o fato de que segmentos tradicionais desta economia podem ver sua competitividade ameaçada, caso não sejam equacionados gargalos atualmente observados.

Palavras-chave:

Economia de Pernambuco; Projetos Estruturadores; Globalização.

1 – INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, alguns fenômenos vêm influenciando de forma marcante as atividades econômicas, entre os quais a globalização associada com mudanças de paradigma tecnológico, o que, por sua vez, implicou uma maior abertura das economias ditas periféricas e em uma mudança acentuada no papel do Estado como indutor de atividades econômicas. Tais transformações trouxeram impactos diferenciados sobre as economias dos diversos países do mundo, ao lado de reflexos também diversos sobre suas sub-regiões menos desenvolvidas. O efeito conjunto da maior abertura da economia diante de países mais desenvolvidos praticantes de processos tecnológicos bem mais avançados, com um Estado menos atuante em termos de incentivos fiscais e financeiros ao chamado aparelho produtivo, impactou de forma muito significativa e com viés negativo muitas sub-regiões periféricas.

Por outro lado, tais processos trazem também a possibilidade de deslocalizações produtivas, maiores facilidades para a importação de máquinas e equipamentos para a modernização de estruturas produtivas de regiões periféricas, antes atreladas às disponíveis nas regiões hegemônicas de cada país respectivo. Ademais, as instâncias estaduais e municipais de governo adquirem maior importância e passam a agir de forma mais ativa na coordenação e estímulo à ampliação da estrutura econômica, seja com base no chamado desenvolvimento endógeno, seja na articulação e atração de investimentos de fora, ao lado da busca por maior competitividade sistêmica representada, por exemplo, por menores custos de transporte, por melhor qualificação da mão-de-obra, pelas facilidades de telecomunicações etc.

O efeito líquido desses fatores sobre regiões periféricas é, evidentemente, diferenciado e, conforme já discutido na literatura pertinente, o que vai fazer uma sub-região ganhadora ou perdedora diante das transformações citadas será sua capacidade de mobilizar suas potencialidades e aproveitar as janelas de oportunidade abertas por eventuais capacitações tecnológicas ou pela dotação favorável de fatores produtivos. Essa capacidade de mobilização nas regiões periféricas, por sua vez, depende muito do papel do Estado e das instituições de suporte ao desenvolvimento econômico, mesmo que, no contexto da globalização, pretenda-se adequar o Estado a um papel bem mais discreto, relativamente ao que fora desempenhado no período em que a intervenção estatal era estimulada e atuante.

Em que pese a hegemonia do mercado e a menor atuação do Estado, em geral, no contexto da globaliza-

ção, as regiões dos chamados países emergentes que têm sido mais bem-sucedidas são as que têm por trás Estados desenvolvimentistas, na linha da hipótese apresentada por Evans (2004), em que se desenvolve uma autonomia relativa do Estado e em que as instituições estatais suportam com políticas específicas o desenvolvimento econômico.¹ Isso, mesmo levando em conta as restrições em curso para o apoio por parte do Estado, em termos dos acordos de comércio e as limitações financeiras do setor público observadas na maioria dos países emergentes.

Tendo em conta o contexto acima descrito, o trabalho a seguir apresenta os contornos gerais do desempenho recente da economia de Pernambuco, um Estado marcado pelas dificuldades postas pelo ambiente mais competitivo da globalização e pelos demais aspectos acima mencionados, onde o dinamismo já estava em baixa até mesmo antes de tais fenômenos. Depois de experimentar um período relativamente longo de atraso relativo, a economia de Pernambuco vem mostrando, mais recentemente, alguns indícios de recuperação do crescimento, apresentando uma *performance* relativa um pouco superior à média dos demais Estados nordestinos. Tal desempenho parece estar associado a oportunidades criadas pela localização e por atração de investimentos carreados pela existência de um distrito industrial portuário, o complexo Suape, além do aproveitamento de algumas vantagens relativas de espaços econômicos como o da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco e do gesso na região do Araripe, bem como ao melhor desempenho de segmentos mais tradicionais, como o sucro-alcooleiro, nos anos mais recentes.

Pretende-se aqui chamar a atenção para as mudanças em curso e provocar reflexões sobre a possível continuidade desse melhor desempenho da economia de Pernambuco, principalmente tendo em vista que, mais recentemente, alguns grandes projetos de características estruturadoras estão sendo anunciados e em implantação na economia estadual. Objetiva-se também destacar que, em Pernambuco, as instituições públicas e as linhas de políticas até aqui adotadas precisam ser mais bem adequadas às necessidades do momento da

¹ Evans (2004) reconhece três tipos de Estado: o desenvolvimentista, o intermediário e o predatório. “Na atuação de um Estado desenvolvimentista prevalece a autonomia relativa diante dos interesses dos capitais globais, elaborando projetos de desenvolvimento que priorizem as necessidades nacionais e estejam voltados para uma sustentabilidade do modelo de crescimento”. (GATTO, 2006, p. 114). Para detalhes, ver Gatto (2006), que examinou os casos do Brasil, México e China de acordo com essa ótica, tendo encontrado no caso da China a presença de um Estado desenvolvimentista, sendo os outros casos mais próximos do que Evans (2004) classifica como Estado intermediário.

economia, pois não basta atrair grandes projetos. Na verdade, além disso, é preciso que os demais segmentos da economia estejam preparados e possam se integrar aos grandes empreendimentos e, para isso, não há claras indicações de políticas em curso. Ademais, em vista das exigências em especificações técnicas e dos padrões de fornecimento em que o chamado *out sourcing* é mais freqüente, os grandes projetos terminam tendo menos impactos sobre a economia local.

2 – A ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA DE PERNAMBUCO: UM PASSADO DISTANTE?

Se hoje as perspectivas econômicas de Pernambuco estão mais auspiciosas, há que se lembrar que, nas décadas anteriores, o cenário apontava para a estagnação. Isso, depois de ter vivido até os anos 1970 um clima mais alentador. Ciclos de expansão e retração parecem ser a marca dessa economia, observada desde épocas coloniais.

Nos anos 1960 e 1970, com os incentivos fiscais e demais instrumentos da política regional adotada com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a economia pernambucana conseguiu atrair boa parte dos projetos de investimento apoiados nesse esquema e assim atingir um patamar mais elevado de diversificação industrial, embora muito localizado na Região Metropolitana do Recife. Enquanto isso, as regiões interioranas continuaram muito pouco dinâmicas e com suas economias fortemente dependentes de atividades primárias, seja no Sertão ou no Agreste, mesmo que, em algumas cidades do Agreste, tenham surgido algumas atividades agroindustriais.

Efetivamente, entre 1963 e 1969, foram para Pernambuco 36,9% das liberações de incentivos fiscais da Sudene², sendo que, entre 1970 e 1974, essa participação foi ainda de 25,7%, caindo em seguida para 16,6% entre 1975 e 1984 (LIMA; KATZ, 1993). Devido, em parte, pelo menos, a esses investimentos o Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco cresceu 10,6% ao ano entre 1970 e 1975, à frente do Nordeste, que cresceu 10,2% ao ano.

A partir da segunda metade dos anos 1970, no entanto, provavelmente de forma associada à menor participação nos incentivos fiscais da Sudene, a economia pernambucana inicia um período de menor dinamismo

2 Note-se que, neste período, Pernambuco ficou à frente da Bahia, que recebeu 32,8% dos incentivos.

relativo, crescendo à média de 6,6% ao ano entre 1975 e 1980 (Nordeste: 7,2% ao ano). Tal perda de ímpeto relativo acentua-se na primeira metade dos anos 1980, vale notar, tendo a média de crescimento anual caído para 2,4% em Pernambuco, contra 4,4% no Nordeste entre 1980 e 1985. Em seguida, observa-se uma certa recuperação do dinamismo relativo em Pernambuco, tendo a média de crescimento da década atingido 3,5% ao ano, enquanto a do Nordeste chegava aos 3,3% (Tabelas 1 e 2). Nos anos 1990, no entanto, a perda relativa de Pernambuco no contexto regional foi mantida com uma média de crescimento do PIB de 2,0% para este e de 3,0% para o Nordeste.

Tal comportamento tem algumas explicações. Lima e Katz (1993), por exemplo, entendem que houve, em primeiro lugar, uma redução na função tradicional de entreposto comercial de Pernambuco, dentro do processo de integração da economia brasileira, o que levou os demais Estados nordestinos a se articular diretamente com o centro hegemônico. Depois, o segmento industrial mais representativo, a agroindústria álcool-açucareira, passou a experimentar dificuldades de competitividade, tendo seus empresários optado pela diversificação de atividades investindo em outras regiões, ao contrário dos baianos e cearenses, por exemplo, que buscaram alternativas de diversificação de investimentos em seus próprios domínios. Ao lado disso, observou-se na segunda metade dos anos 1970, no bojo do II Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PND), a efetivação de investimentos industriais significativos em outros Estados, como foi o caso do Pólo Petroquímico de Camaçari, do complexo cloro-químico de Alagoas e Sergipe e do pólo mineiro-metalúrgico de São Luís. Além disso, houve um esforço de investimentos, coordenado pelo governo do Ceará, que expandiu significativamente o setor têxtil-confecções. Com isso, esses espaços econômicos passaram a atrair, por conta do maior dinamismo e de economias externas, investimentos que poderiam ter ido para Pernambuco.

Também contribuiu para o menor crescimento relativo o fato de ter a Região Metropolitana do Recife ficado de fora da faixa A de prioridades para projetos que buscassem incentivos fiscais por via da Sudene, o que levou à gradativa perda de participação nos recursos dos incentivos fiscais. Tal exclusão, justificada com o argumento de desconcentrar intra-regionalmente os investimentos incentivados, vigorou entre 1969 e 1987 e terminou ajudando a levar para o Ceará alguns importantes projetos na indústria têxtil, que poderiam ter-se localizado na Região Metropolitana do Recife

(RMR), já que o diferencial de incentivos fora da faixa A era significativo. Além disso, devem ser destacados outros fatores como a então menor agressividade fiscal dos governos de Pernambuco, a baixa produtividade e a reduzida articulação econômica das regiões do interior com a RMR e o reduzido índice de dinamismo do setor terciário pernambucano em que a informalidade tem um peso elevado, dificultando, sobremaneira, a geração de renda e a acumulação produtiva.

Uma apreciação mais detida do processo de fragilização da economia pernambucana passa pelo exame do comportamento da indústria de transformação. Como se sabe, este é um setor que imprime ânimo às atividades econômicas em vista dos efeitos de encadeamento e de geração de emprego e renda. Ocorre que a indústria de transformação de Pernambuco, que apresentou forte dinamismo nos anos 1970 (cresceu 13,1% ao ano na década), passou a sofrer quedas de produção dos anos

Tabela 1 – Pernambuco: Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Setorial e por Atividade Econômica – 1970-1999

| ATIVIDADE ECONÔMICA | TAXA MÉDIA | | |
|--|-------------|------------|-------------|
| | 1970-80 | 1980-90 | 1990-99 |
| SETOR AGROPECUÁRIO | 6,0 | 0,8 | -2,2 |
| Agropecuária, Silvicultura e Pesca | 6,0 | 0,8 | -2,2 |
| SETOR INDUSTRIAL | 10,7 | 1,9 | 1,7 |
| Indústria Extrativa Mineral | 16,3 | -1,5 | -7,3 |
| Indústria de Transformação | 13,1 | -1,2 | -1,3 |
| Energia Elétrica e Abastecimento de Água | 9,3 | 4,8 | 3,8 |
| Energia Elétrica | 9,9 | 5,5 | 5,0 |
| Abastecimento de Água | 6,1 | 2,0 | -2,6 |
| Construção | 5,6 | 7,2 | 5,5 |
| SETOR DE SERVIÇOS | 8,4 | 4,4 | 2,5 |
| Comércio (inclusive Restaurantes e Hospedagem) | 10,7 | -0,6 | 3,6 |
| Transportes, Armazenagem e Comunicações | 5,4 | 6,2 | 7,9 |
| Transporte Rodoviário | 4,0 | 3,4 | -2,2 |
| Transporte Ferroviário | 7,9 | -5,9 | 0,2 |
| Transporte Aéreo | 11,8 | 4,4 | 2,9 |
| Transporte Marítimo | - | - | - |
| Comunicações | 9,9 | 11,4 | 10,2 |
| Atividades Financeiras | 14,2 | 6,8 | 2,1 |
| Bens Imóveis | 8,8 | 7,0 | 3,8 |
| Administração Pública | 5,7 | 5,0 | -0,7 |
| TOTAL | 8,6 | 3,5 | 2,0 |

Fonte: Contas Regionais de 2002 publicadas pela Sudene.

Tabela 2 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real do Brasil e Região Nordeste – 1960-1999

| Período | Nordeste Taxa (%) | Brasil Taxa (%) |
|------------|----------------------|--------------------|
| 1960-70 | 3,5 | 6,1 |
| 1970-80 | 8,7 | 8,6 |
| 1980-90 | 3,3 | 1,6 |
| 1990-99(1) | 3,0 | 2,5 |
| 1991-02(2) | 2,7 | 2,6 |

Fontes: FGV/Instituto Brasileiro de Economia (IBRE); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Brasil e Contas Regionais – Nordeste publicadas pela Sudene.

Notas:

- (1) Dados Preliminares
(2) IBGE (dados básicos).

1980 em diante, apresentando taxa média de crescimento de -1,2% entre 1980 e 1990 e de -1,3% entre 1990 e 1999 (Tabela 1). As razões para isso estão, em parte, pelo menos, sumariadas acima, tendo faltado a Pernambuco a presença de investimentos mais estruturantes que fossem capazes de animar o setor industrial. Nos anos 1990, ocorre uma perda de competitividade de alguns setores em vista da abertura da economia brasileira, ao lado de dificuldades na agroindústria sucro-alcooleira, por conta de passivos financeiros elevados e da menor proteção estatal que implicou a perda de benefícios antes carreados através do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool. Esse contexto de maior exposição à concorrência levou ao fechamento de várias usinas industriais e a elevados índices de desemprego. Mesmo assim, deve-se ter em consideração que, em termos absolutos, a indústria de transformação de Pernambuco tem ainda peso significativo no contexto regional.

Assim, diante da retração no setor secundário, nos dois últimos decênios do século XX, pelo menos, a economia de Pernambuco sustentou suas baixas taxas de crescimento do PIB graças ao setor terciário, sendo neste o peso maior dado pelo segmento de transporte, armazenagem e comunicações, particularmente este último ramo, tendo ainda os setores primário e terciário apresentado desempenho muito aquém do dos anos anteriores (Tabela 1).

Observe-se que, no período 2001 a 2003, os dados disponíveis indicam alguma mudança nesse padrão de crescimento, tendo a agricultura recuperado o ímpeto e o setor industrial como um todo melhorado seu desempenho. O setor terciário mantém-se crescendo, embora a taxas menores (Tabela 3). A melhora no comportamento do setor primário, entretanto, gera poucos efeitos sobre o PIB estadual, já que o peso é relativamente reduzido no todo (8,5% em 2001, conforme a Tabela 4). Na verdade a economia pernambucana apresenta um peso bem mais significativo do terciário em seu conjunto de atividades, sendo este de 59,6% em 2001, superior aos 54,0% do Nordeste e aos 51,5% da economia brasileira. Assim, a dinâmica da economia pernambucana termina sendo muito influenciada pelo setor serviços e esta já se apresenta com uma participação muito elevada para sustentar o crescimento, apesar de contar com alguns segmentos representativos do chamado terciário moderno, que consegue maior valor agregado em suas atividades, com destaque para os serviços de telefonia fixa e celular e outros sub-ramos das comunicações.

Para delinear melhor o perfil e a dinâmica da economia de Pernambuco, faz-se necessário também olhar com um pouco mais de detalhes as atividades mais importantes do setor agrícola e da indústria de transformação.

Tabela 3 – Pernambuco: Taxa de Crescimento Total e Setorial do PIB – 2001/2003

| Ano | Agropecuária | Indústria | Serviços | Total |
|------|--------------|-----------|----------|-------|
| 2001 | -3,2 | 1,7 | 2,6 | 1,8 |
| 2002 | 16,6 | -0,12 | 1,6 | 2,3 |
| 2003 | 9,7 | 1,1 | 0,2 | 1,2 |

Fonte: Condepe. Disponível em: <www.fisepe.pe.gov.br/condepe>. Acesso em: 28 maio 2005.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto de Pernambuco, Nordeste e Brasil – 2001

| Discriminação | PE | NE | BR |
|---|--------|---------|-----------|
| PIB global ¹ (R\$1.000.000,00) | 31.725 | 157.302 | 1.198.736 |
| PIB per capita (R\$ 1,00) | 3.962 | 3.255 | 6.954 |
| Composição setorial (%) | | | |
| Agropecuária | 8,5 | 9,2 | 8,3 |
| Indústria | 31,9 | 36,8 | 40,3 |
| Serviços | 59,6 | 54,0 | 51,5 |
| PIB PE/PIB NE (%) | 20,2 | - | - |
| PIB PE/PIB BR (%) | 2,6 | - | - |

Fonte: Contas Regionais – 2001 do IBGE e Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco.

¹ Produto Interno Bruto (PIB) a preço de mercado

O setor agrícola pernambucano tem ainda uma participação desproporcional da cana-de-açúcar em seu todo, tendo esta atividade pouco mais de 43,0% do produto agrícola estadual. Trata-se da atividade mais tradicional do Estado, sujeita a freqüentes oscilações de preços e de mercado, mas que se mantém como a cultura mais relevante.

O que há de mais dinâmico no setor agrícola pernambucano é o crescimento de culturas irrigadas localizadas no Sertão do Estado (Pólo Petrolina/Juazeiro), como é o caso da uva e da manga que, juntas, detêm cerca de 15% do valor bruto da produção agrícola. Essas culturas vêm apresentando comportamento dinâmico com direcionamento crescente para o mercado externo, principalmente para a União Européia e Estados Unidos. Afora estas, destacam-se ainda as culturas do feijão, da banana e do tomate com participações similares em torno de 7,0% da produção agrícola bruta (Gráfico 1). Independentemente de dinamismo dos mercados desses produtos, o perfil de culturas é muito concentrado, assim como é concentrado espacialmente esse conjunto. A cultura da cana-de-açúcar ocupa a Zona da Mata, enquanto as culturas de uva e de manga localizam-se no entorno de Petrolina, ficando as demais com uma abrangência espacial mais significativa, embora, ainda assim, mais concentradas na Zona da Mata (banana) e no Agreste (tomate).

A pecuária bovina apresenta alguma expressão no Agreste pernambucano, mas enfrenta dificuldades em vista das condições naturais adversas, embora possa ser notado, mais recentemente, certo fortalecimento da bacia leiteira do Agreste em torno do município de Garanhuns e uma atividade ainda expressiva da avicultura na RMR e na Zona da Mata. No Sertão, desenvolve-se em bases ainda tradicionais, com algumas exceções, a ovinocaprinocultura, que também padece com as variações climáticas e o baixo nível de capitalização, usando padrões tecnológicos, em geral, pouco atualizados.

O setor industrial de transformação, por sua vez, apresenta-se menos concentrado, mas com predominância desproporcional dos ramos de produtos alimentares (32,8% em 2001), onde se insere predominantemente a produção de açúcar, vindo em seguida, por ordem de importância, os ramos de química, metalurgia, bebidas, minerais não-metálicos e material elétrico e de comunicações. Note-se que o setor têxtil, que foi no passado um dos líderes da indústria de transformação em Pernambuco, limita-se hoje a ter pouco mais de 1% do valor adicionado desta indústria (Gráfico 2 e Tabela 5). Note-se que também o setor de vestuário, calçados e artefatos de tecidos tem um peso reduzido no valor adicionado, embora apresente um pólo expressivo regionalmente localizado nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, na região do Agreste³.

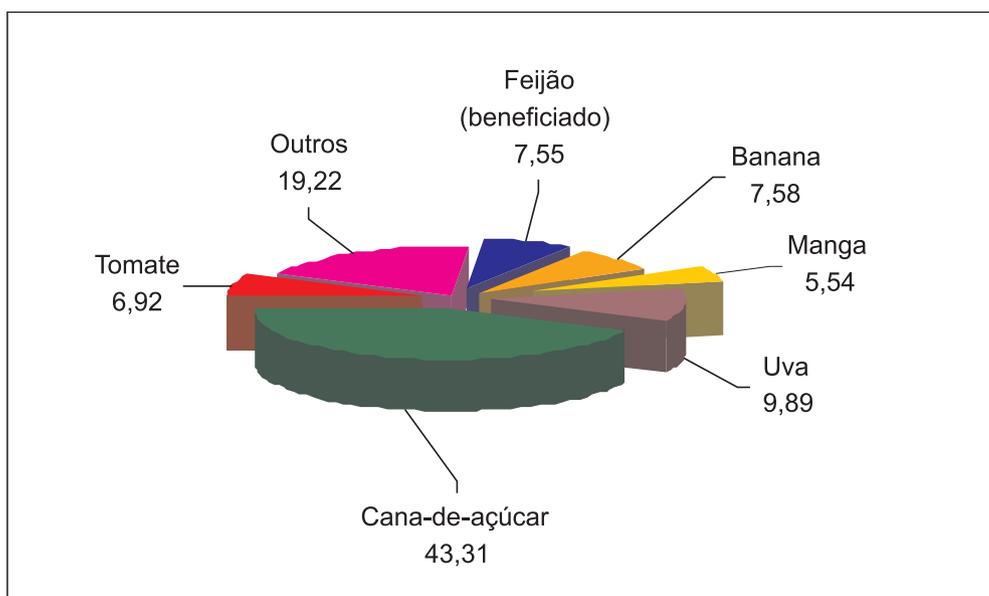


Gráfico 1 – Participação Percentual dos Principais Produtos Agrícolas no Valor Bruto da Produção, Pernambuco 2002

Fonte: IBGE.

³ Note-se, entretanto, que esse ramo é bem mais expressivo no que diz respeito à geração de emprego, oferecendo pouco mais de 11% dos empregos formais da indústria de transformação em 2002, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). (LIMA; LIMA, 2005).

Conforme já comentado, a indústria de transformação em Pernambuco vem demonstrando dificuldades em recuperar o ímpeto, talvez por se apresentar um tanto dispersa em termos de cadeias produtivas, o que lhe imprime menores efeitos de encadeamento⁴.

Esse quadro pouco dinâmico da economia pernambucana nas décadas anteriores, vale destacar, vem sofrendo algumas melhoras nos anos mais recentes, a partir de algumas medidas e linhas de política econômica do governo do Estado, cujas principais características serão sumariadas a seguir.

3 – AS POLÍTICAS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO GOVERNO DE PERNAMBUCO

Nos últimos anos, ou seja, de 2000 em diante, a economia de Pernambuco, mesmo se defrontando com as limitações já expostas, vem apresentando um desempenho um pouco melhor em termos de crescimento relativo. Isso, comparando o crescimento estadual com o da economia brasileira, embora as taxas médias tenham ficado nos limites do crescimento raquítico observado no Brasil desde os anos 1980, ou seja, de 2,4% ao ano

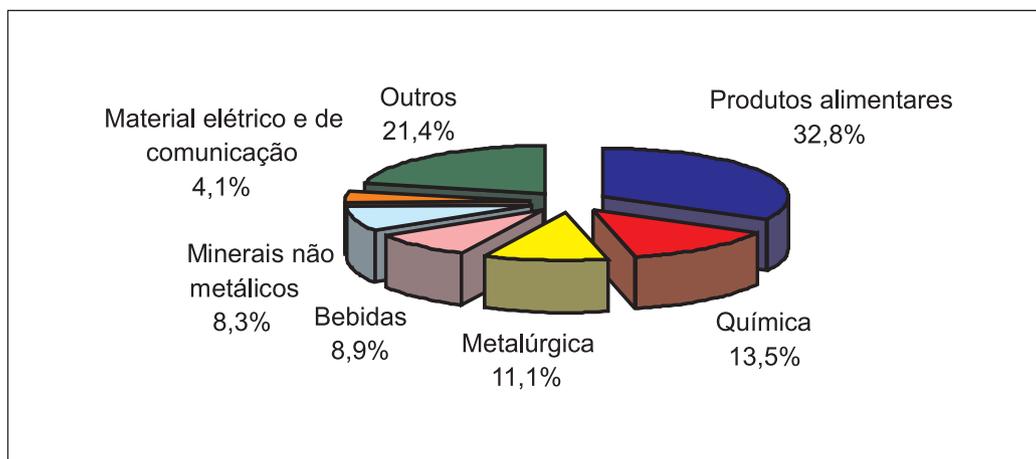


Gráfico 2 – Participação dos Gêneros Industriais no Valor Adicionado da Indústria de Transformação, Pernambuco – 2001

Fontes: IBGE e Agência Condepe/Fidem.

Tabela 5 – Participação Percentual dos Gêneros Industriais no Valor Adicionado da Indústria de Transformação, Pernambuco – 2001

| Gêneros | (%) | Gêneros | (%) |
|------------------------------------|-------|--|------|
| | 100,0 | | |
| Produtos alimentares | 32,8 | Papel e papelão | 3,0 |
| Bebidas | 8,9 | Produtos de matérias plásticas | 2,1 |
| Química | 13,5 | Vestuário, calçados e artefatos de tecidos | 1,6 |
| Metalúrgica | 11,1 | Têxtil | 1,4 |
| Minerais não-metálicos | 8,3 | Perfumaria, sabão e velas | 1,3 |
| Material elétrico e de comunicação | 4,1 | Outros | 12,1 |

Fonte: Contas Regionais – 2001 do IBGE e Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco.

⁴ Cabe referir que, no Sertão do Araripe, desenvolve-se uma atividade de produção de gesso e artefatos de gesso a partir de extensas reservas de gipsita ali localizadas, já com expressivos desdobramentos em termos econômicos, mas com dificuldades de competitividade em vista dos custos de transporte e dos impactos ambientais causados pelo uso da lenha como combustível.

para Pernambuco e de 1,9% para o Brasil, no período 1999/2003. Esse melhor desempenho relativo tem a ver, entre outros fatores, com a atração de alguns investimentos para o Complexo Industrial Portuário de Suape, com a expansão da fruticultura irrigada do entorno do município de Petrolina e com a expansão das atividades de confecções do Pólo Caruaru/Toritama/Santa Cruz do Capibaribe. Além disso, observou-se nos anos mais recentes uma recuperação da atividade álcool-açucareira e um expressivo incremento do turismo, embora mais localizado em Porto de Galinhas e em Recife e aquém do observado em outros Estados nordestinos. Além disso, merece destaque, em termos de crescimento no Estado, a consolidação de atividades terciárias de comércio atacadista, de serviços de saúde e de informática, concentradas na RMR.

O complexo Suape, vale destacar, tem tido um papel importante nos últimos anos para a economia de Pernambuco, ao proporcionar certa recuperação do papel de entreposto comercial do Estado – agora pelo lado das importações. Pela localização estratégica no Nordeste, Pernambuco tem-se posicionado com vantagens para atrair investimentos em centrais de distribuição, por exemplo, afora o esforço de atrair para Suape projetos industriais com maiores conexões externas. Esse esforço tem tido o suporte de políticas estaduais de incentivos fiscais, na linha da chamada “guerra fiscal” que tem vigorado no Brasil já há algum tempo. Em seguida apresentamos as linhas gerais de tais políticas.

Uma dessas linhas fica a cargo da Agência de Desenvolvimento estadual, a Addiper, que, além de buscar investimentos, desenvolve um Programa de Exportação para os produtos do Estado. Tal programa objetiva diversificar a pauta de exportações do Estado, aumentar o volume exportado, comercializar produtos com maior valor agregado e dar apoio às empresas que buscam o mercado externo pela primeira vez. O principal objetivo da Addiper, no entanto, é a atração de investimentos. Segundo a Agência:

[...] de 1999 a abril de 2004, por exemplo, 789 novos negócios foram atraídos para Pernambuco, representando investimentos privados na ordem de R\$ 7 bilhões. Estes investimentos geraram cerca de 48 mil empregos diretos. O Governo de Pernambuco investiu na modernização da infra-estrutura e criou um sistema de incentivos fiscais competitivo e abrangente, que prioriza o fortalecimento das cadeias produtivas e o uso da vocação logística do Estado como diferencial competitivo. (ADDIPER, 2007).

Para dar suporte à ação da Addiper, Pernambuco mantém um programa de incentivos fiscais, o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe), que oferece vantagens para empresas com interesse em se instalar, ou mesmo expandir sua capacidade, no Estado. Os incentivos têm prazo que variam de oito a 12 anos para atividades industriais. As centrais de distribuição, consideradas como prioritárias, poderão ter 15 anos de incentivos sobre os impostos estaduais. O Prodepe também oferece incentivos para empresas importadoras que negociem com material acabado para distribuição atacadista, ou importem matéria-prima não incentivada pelo programa⁵.

Outro instrumento de incentivo à atração de investimentos no Estado é o Complexo Industrial e Portuário de Suape, que dispõe de infra-estrutura para atender às necessidades dos investidores e tem atraído um número significativo de empresas interessadas em colocar seus produtos no mercado regional ou em exportá-los. Conforme a Addiper:

A posição geográfica de Pernambuco, no centro da região Nordeste, transforma Suape em um centro concentrador e distribuidor de cargas. A localização também torna o porto de Suape vocacionado como um porto internacional concentrador de cargas (hub port) para toda a América do Sul. Mais de 70 empresas já se instalaram ou estão em fase de implantação no Complexo Industrial, representando investimentos da ordem de US\$ 1,7 bilhão. (AUTOR, 2007).

Note-se ainda que Suape agrega uma multimodalidade de transportes, com rodovias e ferrovias internas, aliadas a um porto de águas profundas com redes de abastecimento de água, energia elétrica, telecomunicações e gás natural instaladas em todo o complexo. Embora ainda aquém das expectativas e dos elevados investimentos ali realizados, o complexo Suape, mesmo ainda inconcluso, é hoje um dos principais trunfos, embora estes não sejam muitos, da economia pernambucana, que poderá ajudar a transformar sua base produtiva de forma mais consistente. Entre os investimentos de maior dimensão previstos para se alojar em Suape, encontram-se uma refinaria de petróleo, um estaleiro de grande porte, um pólo de poliéster, uma usina de

5 Essa prioridade justifica-se por ser Pernambuco o segundo maior mercado consumidor da região Nordeste. Por conta da sua localização, Pernambuco tornou-se um pólo logístico na região, concentrando importações e sendo responsável pelo abastecimento de vários Estados. Note-se que, em um raio de 800 quilômetros, a partir do Recife, estão as principais cidades do Nordeste. Segundo a Addiper (2007), de 1999 a meados de 2004, 96 centrais de distribuição se implantaram em Pernambuco.

regaseificação de gás natural e um terminal de granéis sólidos, estando os três primeiros em estágio mais avançado de viabilização.

Caso sejam confirmados, esses investimentos, mais comentados adiante, poderão atrair para Pernambuco outros projetos complementares e, assim, poderão ser preenchidos com maior abrangência os elos inexistentes das cadeias produtivas do Estado, com as repercussões favoráveis que lhes são associadas.

As linhas gerais da política de desenvolvimento de Pernambuco parecem, assim, apontar na direção correta, abrangendo a atração de investimentos, a expansão da infra-estrutura, a promoção de arranjos produtivos, o suporte às exportações etc. Os recursos financeiros estaduais, entretanto, têm sido muito escassos e usados um tanto pulverizadamente sem alvos mais dirigidos em termos de reforço da base produtiva local⁶. Ademais, não há incentivos diferenciados e, assim, maiores preocupações com a desconcentração da base produtiva para outras regiões do interior do Estado.

Afora isso, cabe realçar que não há indicações de preocupações mais específicas da política de desenvolvimento de Pernambuco para com o Mercosul. A menor repercussão deste bloco sobre as economias da região Nordeste, como já apontado na literatura, pode estar condicionando o negligenciamento do Mercosul nas linhas de políticas estaduais. Tal postura pode estar desprezando oportunidades de mercado, que se perdem, às vezes, por questões de logística de transporte, por exemplo (KATZ; SICSÚ, 2005), mesmo que o comércio externo do Estado seja mais intenso com outros países que não os do Mercosul.

Assim, apesar do discurso oficial um tanto triunfalista, até aqui, vale observar, a *performance* da economia pernambucana tem sido um pouco afetada para melhor, mas não tem sido estruturalmente alterada pelos programas acima referidos. Isso, no entanto poderá ocorrer, nas brechas e limites postos pela globalização, caso os

6 Um aspecto pouco referido nas análises de desempenho das economias estaduais e das políticas públicas são as condições de segurança e bem-estar da população, que fazem diferença na atração de investimentos quando há opções de localização com melhores condições, como é o caso da RMR, que se apresenta desfavoravelmente em relação a outras capitais nordestinas. Na RMR, os índices de criminalidade e de insegurança estão elevados a ponto de fazer alguma diferença para os empresários a localização em outras capitais. Desemprego elevado e política de segurança pública ineficaz, entre outros aspectos, fazem parte do problema em Pernambuco. Essa afirmação não pode ser aqui demonstrada com fatos ou evidências, pois foge ao escopo deste trabalho, mas fica como hipótese a ser testada em trabalhos futuros.

projetos anunciados para instalação em Suape sejam confirmados e entrem em operação e se outros projetos de maior porte tivessem continuidade ou vierem efetivamente a ser implantados no Estado. Uma análise mais detalhada desses projetos é feita na seção a seguir.

4 – PERSPECTIVAS E DESAFIOS: NOVOS PROJETOS ESTRUTURADORES

Atualmente, Pernambuco apresenta algumas facilidades potenciais para a atração de grandes projetos estruturadores. Com a consolidação de importantes infra-estruturas e com a perspectiva de consolidação como pólo regional de serviços, verifica-se a possibilidade de que grandes projetos venham a se instalar no Estado, melhorando, em muito, as condições de emprego e renda. Esses projetos têm forte sustentação na área do conhecimento e se apresentam como novos desafios para a formação de recursos humanos e para a pesquisa, destacando-se a importância das Universidades e Instituições de Pesquisa. Dentre esses projetos destacaríamos:

4.1 – Consolidação de um Pólo de Software-Porto Digital

O Porto Digital – sociedade civil sem fins lucrativos – surgiu visando dar maior visibilidade à economia digital de Pernambuco. É um parque tecnológico urbano, que pretende ser de classe mundial, que promove um ambiente de inovação para negócios das tecnologias da informação e comunicação no Estado de Pernambuco. No Porto Digital, o setor da Tecnologia da Informação e Comunicação é a ferramenta de desenvolvimento econômico e social.

O Porto Digital é resultado do ambiente de inovação que se consolidou em Pernambuco nas últimas décadas. Em uma região atrativa para inovação, instituições, empresas, universidades e governos fomentaram mudanças econômicas e sociais que estão gerando riqueza, emprego e renda.

Hoje, Pernambuco coloca-se no cenário mundial por seu capital humano. Há uma participação crescente do setor de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no PIB pernambucano. Enquanto a média nacional é de 0,8%, em Pernambuco, a participação chega a 1,8%, de acordo com dados do IBGE e do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (Condepe).

Nesse contexto de produzir conhecimento localmente e exportar serviços de valor agregado para o mundo,

surgiu o Porto Digital, em julho de 2000. O Porto é um projeto de desenvolvimento econômico que agrega investimentos públicos, iniciativa privada e universidades, compondo um sistema local de inovação que tem, atualmente, 85 instituições entre empresas de TIC, serviços especializados e órgãos de fomento.

Em quase quatro anos de operação, o Porto Digital transferiu para o Bairro do Recife Antigo 2.000 postos de trabalho, atraindo 10 empresas de outras regiões do país e quatro multinacionais, abrigando, ainda, dois centros de tecnologia.

Até aqui relativamente bem-sucedido, o Porto Digital para se consolidar dependerá, em grande parte, da capacidade de atração de novos investimentos, constituindo-se em desafio para as instituições fornecedoras de recursos humanos de alta qualidade no sentido de manter uma oferta crescente de pessoal altamente qualificado. Na direção do reforço e consolidação do Porto, deve-se levar em conta o recente anúncio da Motorola em ampliar sua base nele, o que vem em conjunto com outros empreendimentos menores e parcerias com grandes empresas do setor que se encontram em fase de negociação.⁷

4.2 – Hemobrás

A consolidação do pólo farmacêutico de Pernambuco dará um passo muito importante com a futura implantação da unidade industrial da Hemobrás, que produzirá hemoderivados para suprimento do mercado interno. O empreendimento, com recursos predominantemente do governo federal, mas com algum aporte do governo estadual, ocupará uma área de 320 hectares, no município de Goiana, na Zona da Mata, Norte do Estado, e poderá desencadear um processo de desenvolvimento socioeconômico daquela microrregião. Receberá investimentos da ordem de US\$ 65 milhões e propiciará a geração de 220 empregos diretos, dando ainda suporte à atração de um complexo farmoquímico e de biotecnologia.

A previsão é que a produção de hemoderivados gere não apenas a elevação do potencial econômico do Estado, mas, também, o desenvolvimento da biotecnologia de ponta em toda a cadeia produtiva de hemoderivados,

7 Note-se que a Samsung e a Nokia também montaram bases de desenvolvimento de aplicativos para objetos móveis, principalmente, no Porto Digital. O projeto da Motorola tem maior dimensão, envolvendo a contratação de 250 pessoas para o desenvolvimento de aplicativos desse tipo. Conforme entrevista de Cláudio Marinho, secretário de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, ao Jornal do Comércio, Recife, em 29/03/2006.

permitindo que o Brasil domine todas as etapas do processo produtivo num setor atualmente concentrado em poucos países. Observe-se que a cadeia produtiva dos derivados de sangue é extremamente complexa e, segundo especialistas, o setor representa campo avançado na área biotecnológica, fundamental para minorar graves problemas de saúde atualmente observados. Todas as práticas de transplantes, bem como de diálise terão nesse segmento suporte para o prolongamento e melhoria das condições de vida dos pacientes submetidos a esses tratamentos. Representa, ainda, um papel importantíssimo para a saúde pública em nosso país, por permitir que se reduzam sensivelmente as despesas com a importação desses produtos, atualmente na casa dos US\$ 120 milhões.

No entanto, cabe salientar que, dada a velocidade de renovação tecnológica no segmento, bem como os interesses internacionais para consolidar-se a dianteira nesse campo de atividade, este investimento para ter uma lógica sustentável precisará de um suporte sólido na área científica e tecnológica, que precisa ser estruturado e consolidado no país.⁸ Não é de *per se* um investimento que garante no futuro sua evolução. Depende fundamentalmente do acompanhamento das tendências das inovações no setor. A garantia desse aspecto é fundamental para viabilizar a médio e longo prazo o complexo produtivo que poderá ser gerado.⁹

4.3 – Suape

O complexo industrial e portuário de Suape é o mais completo pólo para a localização de negócios industriais e portuários da região Nordeste. Dispondo de uma infraestrutura para atender necessidades dos mais diversos empreendimentos, Suape tem atraído um número cada vez maior de empresas interessadas em colocar seus produtos no mercado regional ou exportá-los para outros países.

Esse ritmo de atração, no entanto, traz preocupações. A infra-estrutura existente, ainda não completamente implantada, precisará ser bastante expandida para abrigar os

8 A localização geográfica escolhida é interessante para tal interação, tendo em vista que facilita, não só à comunidade científica do Estado articular-se com o projeto, mas também a da Paraíba, onde existem grupos reconhecidos no setor. A duplicação da BR 101 permitirá uma mobilidade rápida e adequada.

9 Note-se que até aqui a Hemobrás não conseguiu ter iniciada sua implantação, afligida por disputas políticas, as quais poderão ser superadas na próxima gestão governamental em Pernambuco, a crer nas declarações publicadas na imprensa no Jornal do Comércio (2006, p. 7): “Presidente da Hemobrás se queixa de Mendonça”. “Em nota, dirigente da Addiper contesta críticas.”).

projetos previstos, o que exigirá do poder público um volume significativo de recursos, ainda não assegurados.

Mais de 70 empresas já se instalaram ou estão em fase de implantação no complexo industrial, representando investimentos da ordem de US\$ 1,7 bilhão. Além da infra-estrutura adequada, essas empresas contam ainda com incentivos fiscais, oferecidos pelos governos estadual e municipal, com o objetivo de estimular a geração de empregos e incrementar a economia regional.

Para a consolidação da infra-estrutura do porto de Suape, é fundamental a continuidade dos investimentos federais necessários para a sua conclusão, mas também são requeridos investimentos em C&T, ensaios técnicos, metrologia e materiais.

4.4 – Refinaria de Petróleo

Um dos projetos mais estruturantes previstos para instalação em Suape nos próximos anos é sem dúvida a Refinaria Abreu e Lima, em parceria a ser formada pela Petrobrás com a Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima (PDVSA). Esse projeto tem escala mundial, com processamento previsto de 200.000 barris de petróleo por dia, voltado para a produção de nafta, diesel e GLP, aproveitando a oportunidade de processar óleo pesado proveniente do Brasil e da Venezuela. O cronograma de implantação situa o projeto conceitual para até outubro de 2006, o projeto básico para outubro de 2007, o detalhamento, construção e montagem entre outubro de 2007 e dezembro de 2011, com o início de operações previsto para dezembro de 2011. Em sendo um projeto de grande vulto, está prevista a absorção de 10.000 empregados por ano ao longo da construção, bem como de 2.000 empregados na fase de operação. O leque de equipamentos com oportunidades de fornecimento para a fase de construção da refinaria, em nível nacional, é bem amplo. Entre estes, podem ser citados reatores, torres de processo, permutadores, vasos de pressão, formas, compressores, bombas, motores, ventiladores. Entre os materiais em que há oportunidade de fornecimento por parte de empresas pernambucanas podem ser citados tubulação, acessórios de tubulação, válvulas, estruturas metálicas, movimentação de terras, concreto, ferro de estruturas, painéis elétricos, instrumentos de medição e controle, transformadores, cabos elétricos, além de edificações. (CONFEDERAÇÃO..., 200-).

Uma refinaria de petróleo implica e dá oportunidade a inúmeras outras atividades de pequeno, médio e grande porte e, com isso, a economia de Pernambuco

poderá em muito se beneficiar com o fornecimento de bens e serviços do tipo vigilância, apoio administrativo, comunicação, lavanderia industrial, fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI), uniformes e de extintores de incêndio, apoio de informática no caso das atividades de pequeno porte. O fornecimento de médio porte passa por manutenção predial, locação de veículos e andaimes tubulares, manutenção de sistemas de ventilação e ar-condicionado, pintura, limpeza, serviços de refratários e isolamento térmico, manutenção de motores elétricos, manutenção de sistemas digitais de controle, detalhamento e montagem de pequenos projetos de melhoria nas áreas de caldeiraria, tubulação, elétrica e instrumentação. Os contratos de maior porte localizam-se nas áreas de alimentação, transporte de pessoal, manutenção de grandes máquinas, manutenção industrial, movimentação de cargas e operação de pátios de enxofre e coque (CONFEDERAÇÃO..., 200-).

Pelo que se menciona acima, as oportunidades de articulação da refinaria com fornecedores de bens e serviços em Pernambuco são amplas e variadas. Ocorre que, para habilitar-se a fornecer equipamentos e materiais e serviços para a refinaria, os requerimentos exigidos são de nível de complexidade não trivial, envolvendo certificações *International Standards Organization* (ISO) 9.001, ISO 14.001, atributos SMS, além de outros atributos técnicos, legais e econômicos específicos.

Para acesso ao cadastro de fornecedores da Petrobrás, as empresas pernambucanas precisam superar desafios significativos, portanto. Tais desafios podem ser superados com a busca de modernização do parque industrial, com a implementação de programas de qualidade e gestão empresarial, melhoria de logística, maior articulação com demais fornecedores etc. Para isso, as empresas podem contar, entre outros instrumentos, com Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural (Prominp), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, que objetiva maximizar a participação da indústria nacional, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos na área de petróleo e gás no Brasil e no exterior. Tal programa tem como alvos a capacitação profissional, industrial, tecnológica e competitiva. Nesse contexto, o conjunto de empresas, entidades empresariais e o setor público precisam articular-se e promover a necessária capacitação para atingir os requerimentos exigidos e, assim, participar do fornecimento de bens e serviços à refinaria.

A possibilidade da instalação da Refinaria de Petróleo em Pernambuco, deve-se salientar que, em se

tratando de um projeto estruturador, traz encadeamentos significativos, abrindo perspectivas para a cadeia do petróleo no Estado. Nesse sentido, embora existam grupos de pesquisa trabalhando no tema, deve-se ter uma ação que anteceda a implantação do investimento, preparando mão-de-obra qualificada e infra-estrutura de ensaios e de consolidação de equipes qualificadas. Este investimento aponta para a necessidade de reforçar a importância de ensaios técnicos, bem como reestruturar, no Estado, grupos de pesquisa nas áreas de materiais e química.

4.5 – Transnordestina

A Ferrovia Transnordestina unirá as três pontas mortas do sistema ferroviário do Nordeste – Missão Velha/CE, Salgueiro/PE e Petrolina/PE, alavancando, assim, o desenvolvimento econômico de diversos setores em sua área de abrangência, especialmente o pólo gesso do Araripe e o pólo agroindustrial de Petrolina e Juazeiro. Além disso, integrará o sistema hidroviário do São Francisco, o sistema rodoviário sertanejo e o sistema ferroviário já existente, tornando mais eficiente a logística do transporte de cargas.

A implantação da ferrovia poderá facilitar em muito o escoamento da produção de gesso e de frutas do extremo-oeste de Pernambuco, podendo também impactar favoravelmente sobre a instalação de usinas de biodiesel e sobre a reativação da avicultura, suinocultura e aqüicultura. Para que isso ocorra, o Estado precisa preparar-se para a atração de novos investimentos, reestruturando sua infra-estrutura de ciência & tecnologia (C&T) e a área de logística, para dar suporte a essas atividades.

Tal ferrovia está em fase inicial de implantação no trecho que leva ao porto de Pecém no Ceará. Caso o ramal que leva ao Porto de Suape não seja feito em tempo adequado, poderá representar, ao contrário do que se espera, uma desvantagem competitiva para Pernambuco, redirecionando fluxos e reduzindo o dinamismo econômico de sua economia.

4.6 – Pólo Médico

A prestação de serviços de saúde é um setor com boas perspectivas de consolidação em Pernambuco, embora tenha perdido um pouco do fôlego exibido ao longo dos anos 1990.

Em sendo Recife uma cidade-pólo de grande importância, tendo como pano de fundo a infra-estrutura

básica de hospitais e de formação ou profissionalização, pouco a pouco os serviços de saúde foram assumindo proporções crescentes na cidade e hoje se observa uma razoável concentração de hospitais, clínicas especializadas, laboratórios de análises e centros de diagnósticos, dando origem a várias atividades correlatas. Entre estas, podem ser destacadas as atividades de produção e manutenção de equipamentos, serviços de informática e automação, produção de medicamentos, de roupas profissionais, de descartáveis, de gases etc., ao lado de serviços de lavanderia, de esterilização, de coleta e tratamento de lixo, de hospedagem, de comercialização, entre outros.

A dinâmica de expansão, para ser sustentável, precisa estar apoiada fundamentalmente no processo de inovações e de geração de conhecimento, o que exigirá uma forte interação, cooperação e aprendizagem das empresas do núcleo do pólo com outros atores locais, tais como empresas de apoio correlatas, governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa, entre outros. Nesse sentido, caso se queira, realmente, transformar o Pólo do Recife numa referência regional, faz-se necessário definir uma estratégia na área do conhecimento, para que essa interação venha a ocorrer.

Ademais, os serviços privados de saúde tendem a enfrentar gargalos em face das dificuldades para crescer o número de pessoas vinculadas aos planos de saúde, que, em última instância, sustentam o mercado. Ressalte-se ainda que o volume elevado de investimento realizado nas chamadas empresas de saúde complementar, ou seja, nas atividades privadas, resultou em capacidade ociosa, o que levou ao fechamento de unidades do pólo. Tais questões precisam ser equacionadas para que se assegure a sustentabilidade do segmento.

4.7 – Pólo de Poliéster

Previsto para ser implantado no complexo industrial e portuário de Suape, o pólo de poliéster, por parte do grupo italiano Mossi Ghisolfi (M&G), deverá aportar mais de R\$ 3 bilhões em investimentos, gerando 710 empregos diretos e será o maior do gênero na América Latina. O empreendimento, apoiado por incentivos fiscais de redução de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) em 80% por quatro anos e de 70% nos oito anos seguintes, será formado por quatro fábricas, sendo uma, a primeira a ser instalada, de resina para embalagens Politereftalato de Etila (PET); a segunda de Ácido Teraftálico Purificado (PTA), matéria-prima para

produção de poliéster; a terceira para produção de fios de poliéster; e a última voltada para a produção de paraxileno (PX), matéria-prima para o PTA. Em decorrência deste investimento, outros estão previstos complementando uma cadeia têxtil com investimentos em tecidos sintéticos e confecções.

A instalação das quatro fábricas deverá adensar a cadeia produtiva desses petroquímicos, articulando-se para trás com a implantação prevista de uma refinaria de petróleo em Suape. Em termos de *linkages* para a frente, o pólo de poliéster deverá propiciar, caso seja efetivamente implantado, a atração para Pernambuco de empresas transformadoras/sopradoras de preformas, bem como a ampliação e reestruturação da indústria têxtil. Tais desafios poderão ser vencidos, levando-se em conta a demanda já existente por esses produtos, atualmente adquiridos de fornecedores de fora do Estado. Sabe-se que a indústria de bebidas tem expressão significativa em Pernambuco, cliente potencial para fábricas de preformas, enquanto a indústria têxtil está sendo reestruturada, embora esteja enfrentando dificuldades com a concorrência de produtos têxteis importados de países asiáticos.

Preparar recursos humanos qualificados e infraestrutura de testes e ensaios adequados, bem como auxiliar no avanço do conhecimento nesta área, são outros desafios a serem enfrentados, exigindo investimentos e atenção por parte dos governos federal e estadual, além da articulação com empreendedores privados.

4.8 – Estaleiro

Um outro grande projeto previsto para implantação em Suape é um estaleiro a cargo do consórcio Camargo Correia / Andrade Gutierrez / Queiroz Galvão / Aker Promar / Samsung. Trata-se de um projeto de US\$ 170,0 milhões, que já conta com um programa de incentivos estaduais contemplando a isenção e diferimento de ICMS, o qual deverá ter uma área total de 780.000m² com capacidade para construção simultânea de dois navios e uma plataforma semi-submersível. Em operação, prevê-se a criação de 2.000 empregos diretos, podendo chegar a 5.000, quando em construção simultânea de navios e plataforma. Segundo estudo consultado para a elaboração deste trabalho (CONFEDERAÇÃO..., 200-), o estaleiro aproveita-se de um momento interessante na indústria de construção naval, que teria demanda duas vezes superior à capacidade de atendimento por parte da sua oferta em nível mundial.

O estaleiro deverá mirar-se na demanda em oferta pela Petrobrás para navios e plataformas semi-submersíveis, além de demandas outras da marinha mercante e de outras companhias de petróleo. Segundo o mencionado estudo da Confederação Nacional das Indústrias (200-), o fornecimento de componentes para os navios saídos do estaleiro, passíveis de ser ofertados por parte da indústria nacional, envolve chapas grossas de aço, tintas e solventes, caldeiras, quadros elétricos, bombas comuns, válvulas comuns, trocadores de calor, outros materiais de tubulação, amarras, cabos elétricos e consumíveis, entre outros. Ao ser implantado, ele poderá abrir oportunidades de fornecimento para empresas já sediadas em Pernambuco, ou que venham a ser instaladas futuramente, nas áreas de bens de capital e caldeiraria (vasos de pressão, tanques, permutadores de calor, estruturas metálicas, acessórios e tubulações), indústria de cortes de *blanks*, mobiliário, equipamentos e cutelaria, materiais sanitários, marmoraria, gases industriais, abrasivos etc. Em termos de serviços, deverá demandar usinagem leve e pesada, isolamento térmico e pintura, inspeções de controle de qualidade, serviços de projeto e locação de equipamentos de apoio.

Portanto, é amplo o leque de serviços e de bens industrializados que poderão ser demandados pelo estaleiro com impactos importantes sobre segmentos específicos em que a economia de Pernambuco já tem capacidade instalada e outros empreendimentos provavelmente serão atraídos para fornecê-los. Desafios importantes devem ser superados para tal. A construção naval é extremamente exigente em padrões de qualidade e segurança, que envolvem fornecedores de materiais, bens e serviços. Exige-se a certificação da embarcação, bem como dos componentes e vistorias periódicas durante a construção. Para que a economia pernambucana habilite-se à integração com o estaleiro, há que se buscar, assim, a formação de *joint ventures* com fabricantes de fora para transferência de tecnologia, qualificação dos equipamentos junto às sociedades qualificadoras, a qualificação de mão-de-obra para fabricação, prestação de serviços e testes de provas de equipamentos e navios, além do desenvolvimento de equipamentos e serviços exclusivos para a indústria naval.

Para atender esses requerimentos, faz-se necessária a articulação entre entidades públicas e privadas e muita determinação delas para viabilizar tais tarefas, o que não será fácil levando em conta a cultura local avessa a uma cooperação mais estreita entre o público e o privado e também a pouca tradição das empresas locais com a produção dos bens e serviços envolvidos.

4.9 – As possibilidades e limitações dos projetos em implantação: Algumas Reflexões

Os vários projetos em implantação em Pernambuco podem, pelo menos em parte, ser objeto de avaliação preliminar de impactos e requerimentos em termos de infra-estrutura, com base em alguns estudos e discussões que vêm sendo realizadas por iniciativas diversas. Cabe aqui apresentar alguns impactos previstos ao tempo em que são feitas algumas reflexões sobre eles.

O estudo da Confederação Nacional da Indústria (200-) apresenta alguns dos impactos na infra-estrutura social e no que diz respeito a segmentos econômicos e ao emprego a ser derivado com os projetos do estaleiro, da refinaria e do pólo de poliéster. Tal estudo estima impactos bastante significativos dos projetos sobre serviços públicos como matrículas escolares, habitações e coleta de lixo, fornecimento de água, transporte coletivo e leitos hospitalares, o que precisa ser inserido no planejamento estadual e dos municípios mais diretamente afetados. Um possível complicador para o satisfatório atendimento dessas demandas é o fato de que parte significativa da receita de impostos com os projetos está sendo abdicada pelo Estado de Pernambuco, sob a forma de incentivos fiscais, com o que a pressão, a curto e médio prazos, por esses gastos será mais difícil de ser atendida. Repercussões econômicas indiretas dos projetos, no entanto, deverão contribuir com mais receitas fiscais para o Estado e os municípios da RMR, principalmente estes, o que poderá atenuar tais pressões. Estudos mais detalhados sobre tais impactos nos gastos e nas receitas fazem-se, então, necessários, para que o planejamento possa ser encaminhado no sentido de atender na medida do possível as demandas previstas.

Outros impactos, no lado da estrutura produtiva, são também relevantes e podem ser antecipados a partir da matriz de insumo-produto de Pernambuco. Estes impactos são de duas ordens. Um primeiro conjunto localiza-se na fase de implementação dos projetos, cujas repercussões maiores deverão localizar-se na construção civil, siderurgia, minerais não-metálicos, outros produtos metalúrgicos não-ferrosos, máquinas e tratores, material elétrico e eletrônico, material plástico e madeira e mobiliário. Os impactos sobre o emprego estimados pela Confederação Nacional da Indústria, na hipótese mais conservadora e mais factível de que 30% do fornecimento dos projetos será feito pela economia pernambucana, indicam a geração de cerca de 187.000 empregos, número bastante significativo, portanto.

Na outra linha de impactos, os gerados na fase de operação dos três projetos referidos, podem ser antecipados incrementos nos multiplicadores (efeitos diretos + indiretos + induzidos) de quase todos os segmentos da economia, incluindo a agropecuária, indústria de transformação, construção civil e comércio. Tais impactos, naturalmente, tendem a ser acrescidos com o gradativo incremento, provável de ocorrer, do coeficiente de internalização do fornecimento. Assim, a repercussão mais intensa dos empreendimentos projetados estará na dependência de um esforço concentrado que permita a capacitação dos fornecedores locais e sua integração com os novos empreendimentos, o que exigirá o desenho e implementação de políticas específicas para que isso possa ser viabilizado. Do contrário, boa parte dos efeitos de encadeamento terminará “vazando” para outros Estados brasileiros ou para o exterior.

Algumas reflexões adicionais podem ser aqui adiantadas com relação a este novo momento que parece estar sendo vivenciado pela economia pernambucana.¹⁰ Uma primeira observação é que o conjunto de investimentos previstos e em andamento é realmente significativo e poderá assegurar para a economia de Pernambuco um crescimento superior à média regional, revertendo assim sua perda de posição registrada nas últimas décadas. Há que se ter em conta que tais investimentos estão sendo viabilizados em virtude de ações do setor público em termos de infra-estrutura, em que o Complexo Suape destaca-se soberanamente. O setor público, aliás, também é o ator principal na implantação da refinaria e do estaleiro, sendo este derivado de decisão política para compra de navios e plataformas submarinas de estaleiros sediados no país por parte da Petrobrás. Para que se consolidem os projetos e suas repercussões positivas, há ainda que contar com um esforço grande do investimento estatal em infra-estrutura econômica e social, bem como na capacitação da estrutura produtiva e sua integração com os novos projetos.

Uma outra reflexão diz respeito aos impactos diferenciados que os projetos terão sobre as regiões do Estado. As políticas estaduais de desenvolvimento, principalmente a de incentivos fiscais, não discriminam a favor de espaços e sub-regiões menos desenvolvidos e, com isso, a RMR vem atraindo a maior parte dos projetos incentivados. Com o maior porte dos projetos ora discutidos concentrados na RMR, esse desequilíbrio

¹⁰ Algumas das reflexões aqui feitas têm como base uma entrevista de Tânia Bacelar ao Jornal do Comércio, de Recife, em 11 de maio de 2006.

tenderá a ser reforçado, caso não sejam modificados os parâmetros básicos das políticas em curso.

Afora isso, numa outra linha de preocupação, a política de segurança exercitada em Pernambuco vem-se revelando insuficiente para conter a violência urbana e, por conta disso, investimentos complementares poderão ser perdidos e poderá também ser mais difícil atrair mão-de-obra especializada para as fases de montagem e operação dos empreendimentos projetados.

Da mesma forma, a política de ocupação das cidades e o planejamento urbano carecem mais atenção para evitar a intensificação de ocupações desordenadas e carentes de infra-estrutura.

5 – SEGMENTOS TRADICIONAIS: TENDÊNCIAS E DIFICULDADES EM CURSO.

Ao lado desse cenário bastante promissor de novos projetos, cabe chamar a atenção de que segmentos consolidados da economia pernambucana vêm sendo ameaçados e devem ter atenção especial para potenciais crises que podem enfrentar em futuro próximo.

A estrutura produtiva do Estado tem em sua base setores como o sucroalcooleiro, cujos produtos têm apresentado crises cíclicas tendo em vista as oscilações de preços internacionais. Embora, no momento, esteja passando por uma fase de expansão e de preços compensadores, há que se atentar para a necessidade de melhoria de seus fatores de competitividade para enfrentar possíveis períodos de baixa no mercado externo.

Também o setor de confecções, em que as condições de competitividade no mercado nacional têm melhorado nas décadas recentes com a expansão do comércio com a China, pode vir a ser ameaçado, caso não passe por transformações estruturais.

Entre os setores que recentemente se consolidaram, ameaças sérias aparecem em alguns deles. Citemos dois, à guisa de exemplo: a avicultura e o setor gesseiro.

Nos anos 1970, a avicultura começa a ser uma atividade de peso significativo na região Nordeste, em especial no Estado de Pernambuco. A atividade já iniciou com dependência quanto ao processo de alimentação das aves. Na década de 1980 já apresentava alterações consideráveis no quadro de produção, com a assistência técnica saindo do âmbito do governo para a iniciativa

privada. É a década que inicia o processo de integração do frango de corte no Nordeste, sendo Pernambuco pioneiro neste processo. Na década de 1990, a atividade se consolida como empresarial, com os empresários buscando aperfeiçoar a gestão com instrumentos profissionais e, também, se consolida o associativismo entre os produtores na busca de firmar a atividade no *agribusiness*.

No entanto, o grande gargalo do setor é a produção de ração e o surgimento de concorrentes de peso na própria região. O governo vem estimulando o plantio do sorgo para substituição do milho na ração. Serão necessários 200.000ha para a substituição do total importado atualmente do Centro-Oeste. O programa para a safra 2004/2005 esperava atingir um total de 50.000ha o que corresponderia a 25% da importação atual.

A avicultura em Pernambuco é a segunda atividade mais importante da agropecuária no Estado, logo após a cana-de-açúcar, participando com 28% em valor, correspondendo a uma receita aproximada de R\$ 710 milhões, na formação do Produto Interno Bruto da agropecuária em 2003.

A questão da ração vem ocupando espaço na garantia da atividade para o futuro, uma vez que a ração é o componente que corresponde a 80% do custo de produção, sendo o milho responsável por 60% na composição do custo da ração.

Esta realidade leva a problematizar a atividade na região, já de grande vulnerabilidade pelo controle sanitário requerido e pela frequência da alimentação, cujo ciclo de produção rápido exige cuidados especiais e rações específicas para evitar perda de peso.

O surgimento e consolidação, no Nordeste, de regiões agrícolas que também produzem grãos, têm provocado um deslocamento de importantes empresas para essas localidades. Nesse quadro se destaca a Bahia, com um pólo já estruturado, e novos espaços como o Maranhão e o Piauí.

No que tange ao Pólo Gesseiro, também, preocupações surgem. É importante destacar que as reservas do Araripe, cerca de 230 milhões de toneladas, são de gipsita de alta pureza e que as minas, exploradas a céu aberto (*open pit*), apresentam uma relação estéril/minério das mais favoráveis e economicamente lavráveis do planeta. Além de principal produtor nacional de minério, também maior produtor de gesso com 602.750ton (90% da pro-

dução nacional), seguido pelo Ceará (57.920ton) e Tocantins (9.600ton). Detentor de uma expressiva reserva de gipsita, o Pólo Gesseiro do Araripe conta com 18 minas de gipsita, das 36 em operação no país, 69 indústrias de calcinação e cerca de 250 indústrias de pré-moldados situadas, principalmente, nos municípios de Araripina, Ipubí, Ouricuri e Trindade. O Pólo Gesseiro se apresenta como um conjunto de empresas de pequeno, médio e grande porte que oferecem cerca de 12.000 empregos diretos e aproximadamente 60.000 indiretos.

O Pólo do Araripe, embora seja o mais consolidado, apresenta dificuldades a serem contornadas. Em primeiro lugar, o custo de transporte é extremamente elevado para os principais mercados. Tal dificuldade poderia ser minorada com a construção da Transnordestina e do ramal do gesso. Também a matriz energética viu-se agravada com a quase exaustão da lenha na região. Além de trazer graves problemas ambientais, os custos industriais se elevaram. Uma alternativa que está sendo analisada é o uso de briquetes de carvão vegetal advindos dos finos de carvão residuais, no processo de produção de coque, utilizado nas siderurgias do Maranhão. Estima-se que, para o mesmo poder calorífico, o custo poderia ser reduzido em um terço, em relação aos derivados do petróleo.

Concomitantemente, têm surgido novos pólos produtivos, próximos a infra-estruturas de transporte melhores e com melhores condições de suprimento energético, que têm levado a novos investimentos de empresas consolidadas no Araripe serem repensados para essas áreas. É o caso, por exemplo, dos Pólos do Maranhão, Grajaú e Codó, além do de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Mesmo o Pólo de Camutanga, na Bahia, embora com minas subterrâneas e de maior custo de exploração, tendo em vista sua proximidade com o maior centro consumidor, São Paulo, começa a ser empresarialmente cogitado.

Esse deslocamento coloca em discussão o processo de desenvolvimento da região do Araripe que tem no Pólo Gesseiro seu principal e quase único complexo produtivo propulsor.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procuramos mostrar os principais aspectos da evolução da economia de Pernambuco, ressaltando, inicialmente, as tendências de estagnação e declínio relativo observados ao longo das últimas décadas do século XX, bem como alguns de seus fatores explicativos.

Após experimentar tais dificuldades, a economia pernambucana vem, mais recentemente, demonstrando sinais de recuperação de dinamismo e de capacidade de articulação, que vem contribuindo para a atração de grandes projetos de investimento. Tais projetos, pelo seu elevado porte e pelas possibilidades de integração para frente e para trás, poderão implicar grandes transformações e alavancar o dinamismo da estrutura produtiva, a depender da capacidade de integração que a socioeconomia pernambucana venha a exibir. Por outro lado, também se verifica que setores já consolidados dessa economia deverão nos próximos anos enfrentar novos desafios para manterem sua competitividade.

Nesse sentido, como condicionante das mudanças esperadas, encontram-se algumas políticas implementadas, e a serem efetivadas, em nível estadual e federal, e algumas decisões estratégicas tomadas pelo governo brasileiro nos anos mais recentes. O exame dos grandes projetos estruturadores que estão implantando-se em Pernambuco revela também algumas carências e requerimentos estratégicos. Carências e requerimentos localizados na frágil capacidade das instituições de suporte ao desenvolvimento econômico diante dos desafios que se colocam com relação à necessidade de favorecer a integração dos tais projetos com o resto da economia. Em sendo os requerimentos da indústria petroquímica e de construção naval, por exemplo, muito elevados para a qualificação de fornecedores locais, é possível que as empresas pernambucanas não consigam habilitar-se à integração com os novos projetos. Para que isso seja evitado e uma integração bem-sucedida seja alcançada, é preciso implantar políticas específicas de apoio à capacitação empresarial, de mão-de-obra, de maior integração com a base local de C&T etc., o que ainda não está assegurado. Afora isso, as políticas precisam ater-se também à necessidade de espraiar o desenvolvimento do Estado para as regiões interiores, definindo incentivos diferenciados a favor de espaços menos dinâmicos, bem como incorporar a dimensão socioeconômica no que diz respeito a investimentos em infra-estrutura social, contemplando inclusive a área de segurança, para que a atração de investimentos complementares aos grandes projetos possa concretizar-se. Os desafios para que isso venha a ocorrer localizam-se, principalmente, nas limitações financeiras do Estado de Pernambuco e na ainda incipiente articulação de suas instituições de suporte com o setor privado.

Em suma, dúvidas persistem em meio às mudanças de percurso da economia pernambucana. Estes novos investimentos terão condições de modificar a realidade

atual da economia local? Os impactos não estarão extremamente localizados sem transbordamento para o resto da economia? Como preparar uma economia desigual para um salto de desenvolvimento, sabendo que a qualificação de pessoal e a participação de capitais locais ainda são inadequadas para um novo paradigma de desenvolvimento, em um novo patamar tecno-econômico? Os setores tradicionais conseguirão superar as dificuldades que foram aqui mencionadas? São estas dúvidas que sugerem relativizar, por ora pelo menos, o novo surto de desenvolvimento que se anuncia. Cuidar para que sejam superadas é tarefa da maior importância.

Abstract

This paper has the recent trends of Pernambuco's economy as its subject, considering the competitive environment associated to globalization. After going through a relatively long relative delay period, Pernambuco's economy has been showing recently some indications of recovery of growth, presenting a relative performance a little superior to the average of the other northern states. The work aims to call the attention to the changes in course and provoke reflections about a possible continuity of this better development of Pernambuco's economy, remembering, initially, an analysis of the policies of development adopted by state government. Moreover, it intends to discuss the perspectives of chaining the important investments in implantations phases and/or announced to the state economy, such as oil refinery, big shipyard, a polyester industry, and others still in negotiation. Additionally, it calls the attention to the fact of that traditional segments of this economy can see its competitiveness threatened, in case they are not equated observed.

Key words:

Pernambuco's Economy. Structuring Projects in Pernambuco. Globalization.

REFERÊNCIAS

ADDIPER. Disponível em: <<http://www.addiper.pe.gov.br/home/index.php>>. Acesso em: 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Brasil). **Investimentos estruturadores**: avaliação dos impactos na economia de Pernambuco. Brasília, DF, [200-].

EVANS, P. **Autonomia e parceria**: estados e transformação industrial. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2004.

GATTO, M. F. **Experiências contemporâneas de desenvolvimento**: políticas voltadas para inserção competitiva: casos da China, Brasil e México. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

JORNAL DO COMMERCIIO. Recife, p. 7, 18 nov. 2006.

KATZ, F.; SICSÚ, A. **Mercosul**: possíveis conexões entre periféricos e Pernambuco: o obstáculo das escalas. Recife, 2005. Mimeografado.

LIMA, A. C. C.; LIMA, J. P. R. **Indústrias de transformação e extrativa mineral no Nordeste**: desempenho e tendências pós-1990. Recife: UFPE, 2005. (Texto para Discussão, 485).

LIMA, J. P.; KATZ, F. A economia de Pernambuco: perda de dinamismo e a necessidade de buscar caminhos possíveis. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 9, n. 1, p. 80-104, jan./jun. 1993.

SITES CONSULTADOS:

http://www.pe.gov.br/frames/index_addiper.htm

<http://www.fisepe.pe.gov.br/condepe>

Recebido para publicação em 18.12.2006.